



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARCOS NAADISON GABRIEL

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
A EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA NA ESCOLA PAULO FREIRE DO
ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA (REMÍGIO-PB).**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

MARCOS NAADISON GABRIEL

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
A EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA NA ESCOLA PAULO FREIRE DO
ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA (REMÍGIO-PB).**

Trabalho de Conclusão Curso (Relato de Experiência) apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires.

CAMPINA GRANDE - PB

2021



G118r Gabriel, Marcos Naadison.

Relato de experiência na Educação do Campo : a a extensão do PET História na Escola Paulo Freire do Assentamento Oziel Pereira (Remígio - PB). . / Marcos Naadison Gabriel. - 2021.

27 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires.
Trabalho de Conclusão de Curso - Relato de Experiência (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Educação do Campo. 2. Relato de experiência. 3. Educação emancipatória. 4. Direitos educacionais. 5. PET História - UFCG. 6. Formação docente - História. 7. Escola Paulo Freire - Remígio - PB. 8. Assentamento Oziel Pereira - Remígio - PB. I. Aires, José Luciano de Queiroz. II. Título.

CDU:94:37(047)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MARCOS NAADISON GABRIEL

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
A EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA NA ESCOLA PAULO FREIRE DO
ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA (REMÍGIO-PB).**

Trabalho de Conclusão Curso (Relato de Experiência) apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires.
Orientador – UAH/CH/UFCG**

**Professora Dra. Damiana de Matos Costa França.
Examinadora I – UAH/CH/UFCG**

**Professora Ma. Roberta dos Santos Araújo.
Examinadora II**

Trabalho aprovado em: outubro de 2021.

CAMPINA GRANDE - PB

RESUMO

Este relato de experiência busca analisar um projeto de extensão na escola da comunidade do Assentamento Oziel Pereira, no município de Remígio-PB do ano de 2017 a 2019. A escolha da extensão foi motivada pelo Programa de Educação Tutorial de História, PET História que desde 2017 vem realizando esse projeto político-pedagógico, tendo como objetivo levar uma educação emancipatória dentro do prisma do conceito de Educação do Campo. Com isso, este trabalho se apresenta como experiência para a formação de professor, na qual trago como objetivo o relato e a análise da experiência adquirida no processo de ensino aprendizagem do PET na escola do campo. Dessa forma, a metodologia utilizada foram a partir das pesquisas e dos debates de leituras sobre Educação do Campo e de um ensino contextualizado no programa, utilizando os Marcos Normativos da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, como também as produções de materiais produzidos e colhidos durante a extensão. Logo, para concretizar o trabalho dialogamos com os conceitos de educação do campo em autores como Miguel Arroyo e Roseli Salete Caldart, e de práticas pedagógicas e educação popular de Paulo Freire.

Palavras-chave: Educação do campo, Educação Emancipatória, Direitos educacionais.

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial do curso de História vem, ao longo dos anos, aperfeiçoando seu trabalho com as comunidades por meio da extensão, este que é uma das atuações do programa que compõem a grade de atividades desde sua fundação, norteando a tríade, ensino, pesquisa e extensão. O primeiro registro da atividade é dado no ano de 2010 nas escolas urbanas, a partir do primeiro planejamento do grupo para as atividades após os primeiros meses de criação do PET História.

Deste modo, enquanto petiano, dentre as atividades realizadas ao longo dos anos, a extensão na Escola do Assentamento Oziel Pereira ficou marcada na minha memória. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar as minhas experiências de extensão enquanto petiano realizadas entre 2017 e 2019 na escola do campo, vivenciada sobre a prática de ensino-aprendizagem promovida pelo Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal de Campina Grande, que compôs o projeto de extensão na escola municipal de Remígio/PB, localizada numa área de assentamento da reforma agrária que atende alunos provenientes do assentamento e suas proximidades.

Desta forma, neste trabalho será elaborado uma escrita de si, das práticas de ensino e pesquisa vivenciadas por mim, destacando especialmente a memória relacionada à minha formação escolar e profissional. Dado que, essa relação ao passado e presente, se dá à medida que a escolha do objeto foi resultado das reflexões do período do meu ensino fundamental, no qual resgato minha “história de vida” como expressão do cotidiano dessa vivência camponesa, como também abordando as minhas experiências como aluno da escola da zona rural.

Nesses parâmetros, por receber aproximações e distanciamentos entre a minha história enquanto filho de trabalhadores rurais e a atuação docente em uma escola do assentamento, torna-se relevante compreender a importância de se pensar a Educação do campo como um conceito que tem um projeto de educação para os trabalhadores do campo, sobretudo, com uma pedagogia que auxilia na formação de professores em uma ação diretamente relacionada à construção de um projeto educativo voltado para transformação social, na perspectiva da emancipação humana, sendo um processo contínuo e de desenvolvimento profissional, num diálogo reflexivo constante entre os conhecimentos, saberes e práticas de ensino do/e para o campo.

Nesse contexto da extensão, a partir da interação no contexto escolar que atende os filhos e filhas dos trabalhadores do campo, com base nos estudos realizados de observação, coleta de dados e informações sobre a escola, realizamos uma proposta de desenvolver atividades pedagógicas no ensino de história a contrapelo, modalidade essa de ensino que também reforça o conceito de Educação do Campo, visto que, na história dos trabalhadores do campo ao longo dos anos foi marcado por conflitos, repressões e omissões de direitos básicos a vida, como educação, saúde, trabalho, de modo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sua trajetória histórica vem lutando pelo direito a educação configurando desde trajeto da luta pela terra, pelo trabalho e pela igualdade social.

Assim sendo, na abordagem metodológica para atividade de extensão foi feito um levantamento bibliográfico para realização de um breve resgate histórico da formação conceitual da educação do campo, como também foram feitas leituras no intuito de promover maior embasamento teórico e metodológico acerca das questões relacionadas à educação do/no campo e da questão agrária brasileira a partir de uma análise histórica e contemporânea dos movimentos sociais. Logo, as fontes utilizadas para elaboração desse relatório foram as fotografias tiradas ao longo do ano de 2017 e

2019, os Marcos Normativos da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, como também as produções de materiais produzidos e colhidos durante a extensão, sendo eles, o Módulo didático: História dos movimentos sociais do campo e o livro Assentamento Oziel Pereira (Remígio PB).

Desta forma, discutir preceitos e formação da educação do campo constitui-se uma preocupação em buscar uma democratização do ensino, onde, realizando um projeto político pedagógico podemos compreender que o acesso à educação digna e de qualidade aos camponeses proporciona uma formação cidadã, paradigma esse defendido pelo educador Paulo Freire, sobre a qual podemos constatar que aprender torna-se um ato revolucionário, de modo que, por meio da educação e de maneira coletiva o indivíduo toma consciência de sua condição histórica, podendo assim assumir o controle de sua trajetória, conhecendo sua capacidade de transformar o mundo.

Assim, para compreender a educação do campo é preciso conhecer a categoria social do campesinato, compostos por camponeses que desenvolvem formas próprias de viver e trabalhar em uma forma social de produção, em que cujos fundamentos se encontram no caráter familiar. E a educação do campo como prática educativa e social tem emergido nos últimos anos de forma orgânica junto aos camponeses, sobre a qual o seu vínculo está ligado com os trabalhadores e fundamentada pela práxis pedagógica dos movimentos sociais do campo.

Desta forma, na abordagem metodológica para atividade de extensão foi feito um levantamento bibliográfico para realização de um breve resgate histórico da formação conceitual da educação do campo, como também foi feito leituras no intuito de promover maior embasamento teórico e metodológico acerca das questões relacionadas a educação do/no campo e da questão agrária brasileira, a partir de uma análise histórica e contemporânea dos movimentos sociais.

Logo, as fontes utilizadas para elaboração desse relatório foram as fotografias tiradas ao longo do ano de 2017 e 2019, os Marcos Normativos da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para educação Básica nas escolas do campo, como também as produções de materiais produzidos e colhidos durante a extensão, sendo eles, o Módulo didático: História dos movimentos sociais do campo, e o livro Assentamento Oziel Pereira (Remígio PB).

Da mesma forma, fizemos um levantamento bibliográfico em autores como Fernandes (2006), Arroyo (1992), Caldart (2002) e entre outros autores para dar suporte na compreensão da educação do campo em relação a sua construção e contribuição a que ela se constitui para os trabalhadores e movimentos sociais do campo.

Portanto, esse relato de experiência tem por finalidade divulgar resultados da extensão objetivando fomentar a importância da atividade no âmbito acadêmico e no ensino de história. E divulgar as perspectivas de desenvolvimento educacional na educação do campo nas instituições escolares localizadas no campo, no contexto de sua interação com a comunidade em que estão inseridos. Apontando, assim, a extensão como um alicerce para o progresso da atuação docente na prática de ensino de história com todo embasamento teórico explorado antes da prática, possibilitando a reflexão sobre a universidade e sua função pelo o que ela possibilita para a comunidade a que se insere e os movimentos sociais do campo, em termos de ação e de conhecimento nas possibilidades educativas.

O CAMPO E O SUJEITO: AS MEMÓRIAS DA MINHA VIDA

Fazer ou escrever história, não é uma tarefa fácil para qualquer historiador que se dispõe a mergulhar no passado, muito menos escrever sobre algum sujeito histórico, e quando esse sujeito é si próprio? Uma tarefa difícil de se fazer é escrever sobre si, tendo seu subconsciente como uma “fonte histórica”, e utilizando uma forma de auto avaliação do seu próprio passado distante e próxima do presente. Com isso, eu inicio a trajetória de escrita do “eu” histórico tendo minha memória como fonte, resolvendo começar com os relatos sobre minha infância, passando pela vida escolar, permeando narrativas com fatos que me vierem à memória e que considero significativos e que correlacionem com o tema abordado nesse relato de experiência.

Assim, posso começar a retratar minha trajetória, traçando uma linha tênue da minha infância em uma cultura e modo de vida rural, da escola até a universidade, onde cheguei até o prezado momento escrevendo essas memórias para fechar mais um ciclo da minha vida concluindo o Curso de História. Marcos Naadison nasceu no dia 12 de setembro de 1996 em Campina Grande, filho de Maria Jose Braz e Jose Justino Gabriel, um casal de agricultores de origem humilde da zona rural do Município de Juazeirinho-PB.

Sou filho mais velho do casal e tenho duas irmãs sendo um total de três filhos. Morávamos em um sítio que é herança dos meus avós maternos, na qual tenho boas lembranças de um menino camponês “franzino” que sonhava em ser vaqueiro, desejo de criança que foi mudando com o passar dos anos pela dificuldade em cuidar da criação de gado da família com o avô materno.

Mesmo com essa dificuldade encontrada no trabalho na roça, minha infância foi um tempo de grandes descobertas, de brincadeiras sadias e criativas como brincar de carrinhos feitos com latas de alumínio e madeira, brincadeiras de bolinha de gude (bila), como também outras que faziam parte da minha rotina como, jogar bola, subir em árvores, brincar de pega-pega e de nadar no rio, brincadeiras essas que eu tinha em boa parte do dia, isso quando não ajudava meus pais na agricultura.

Vivi momentos felizes, ao lado das minhas irmãs e amigos que moravam próximos a minha casa. Lembro-me bem da rotina que eu e minha família levávamos nos períodos de plantio, períodos esses de grande importância para qualquer produtor rural, onde com as primeiras chuvas nos semeávamos a terra na esperança de boas colheitas que por vezes as marcas das últimas secas ainda ficavam frescas na memória dos meus pais e avós, ainda assim na vida nos pequenos agricultores a colheita do feijão e do milho enchia nossas esperanças, tanto para garantir uma renda extra para a família, quanto para alimentar os animais.

Mesmo diante dessa vivência no trabalho no campo, posso afirmar que minha infância foi ótima, especialmente nos anos iniciais que se seguiram na minha formação no ensino fundamental. Minha educação sempre foi motivo de preocupação dos meus pais, principalmente por eles não terem sido alfabetizados. Assim, comecei a estudar numa escola municipal situada no Sítio Ilha Grande, uma escola rural na qual rememoro meus anos iniciais escolares.

Assim, ingressei na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Carlos de Moraes com seis anos de idade na 1º série, concluindo até a 5º série na mesma escola. Nessa instituição, tenho lembranças dos meus primeiros contatos com a alfabetização, especialmente recordações de alguns aspectos que na atualidade parecem antigas, como o quadro de giz e a máquina de imprimir a álcool, onde as provas saíam impressas com o cheiro do mesmo, as aulas que eram todos os dias pela manhã onde mesmo nos dias chuvosos evitavam faltar. Mas outras lembranças me vêm na memória, como a

singularidade de cada criança daquela comunidade rural, onde tenho grande carinho pela aquela localidade que cresci, tendo a virtude de ser filho de trabalhadores rurais.

Figura 1 – Escola Antônio Carlos de Moraes



Fonte: Arquivo pessoal

Deste modo, na minha trajetória na educação básica vivi momentos de transição da escola do campo para a da cidade. Assim, quando passei para a 6^o série, fui estudar numa escola municipal na cidade, porque a escola rural da comunidade só oferecia o ensino até a 5^o série, tendo eu como outros colegas da comunidade nos deslocar para a cidade, vivenciando-nos um impacto muito forte ao chegar a uma nova escola tendo que me deslocarmos em um percurso campo e cidade, porque onde morávamos a distância para a instituição era 5 quilômetros. Nisso, lembro-me bem em me deparar com uma nova experiência dessa transição, tendo que me deslocar em transporte (Kombi) que na época quebrava diariamente onde tinha que empurrá-la para funcionar para podermos seguir caminho para a cidade.

Assim, quando estava no 1^o ano do ensino médio, eu já estava bem acostumado com esses problemas de transporte, dependíamos desses transportes da prefeitura para poder nos levar para a escola, isso quando não faltávamos por outros problemas que eram recorrentes como nos períodos chuvosos, porque quando chovia não passava ninguém nas pontes que enchiam e impediam a travessia de pessoas ou veículos.

Sendo assim, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Severino Marinheiro, da cidade de Juazeirinho, vivi essas experiências na educação básica, na qual já compreendia a distinção da escola do campo para a da cidade, não só pelo percurso realizado em transportes de precárias condições, mas pela escola como outras que tem “[...] cultura hegemônica que trata os valores, as crenças, e os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados [...]” (ARROIO, 1999, p. 15). Assim sendo, a cultura e os saberes dos sujeitos do campo, não passaram a serem mais evidenciados no ensino, visto que, a visão distorcida que tinham dos trabalhadores do campo era evidente, na qual eu e meus colegas notávamos diariamente em algumas palavras direcionadas a nós, como “povo do sítio” ou “matutos”.

Desta forma, com o término do ensino médio, fiquei um bom tempo sem estudar, onde depois de um ano resolvi fazer minha inscrição para prestar o ENEM. Assim, busquei um ensino superior na qual pudesse obter a formação docente não só para ensinar, mais para aprender a ser um bom educador, principalmente nas escolas do campo, em que tenho um grande apreço. Assim, em 2016 ingressei na Universidade Federal de Campina Grande, especificamente no curso na qual estou me graduando, uma disciplina que nos anos do ensino fundamental sempre gostei, e que me traz boas lembranças na adolescência, principalmente inspirado um grande professor que tive na 7º, 8º e 9º série do ensino fundamental, na qual podia ver sua vocação na satisfação de ensinar com simpatia e carinho para com os alunos.

Assim, eu comecei no curso com essa perspectiva de realização, buscando uma melhor formação na graduação, tendo meses depois a oportunidade de ingressar no Programa de Educação Tutorial de História (PET-História), no segundo período do curso. À vista disso, a graduação me colocou no caminho de escolha no que tipo de historiador eu poderia ser, como também na escolha de determinadas correntes historiográficas que faz com que novas configurações e contradições apareçam dentro da história. Nisso, com a identificação do “eu historiador” com a corrente histórica marxista, principalmente no materialismo dialético consistindo em ler a história baseando-se na luta de classes, eu pude compreender que sempre há uma classe dominante e uma classe dominada, tendo ambas, confrontos de interesses. Desse modo, busquei estudar temas que me propusesse a evidenciar a história dos camponeses.

Com isso, a oportunidade de ingressar em uma universidade foi de suma importância para o meu crescimento pessoal. Sobre a qual, envolvido na busca de conhecimento pude superar momentos turbulentos na minha vida pessoal e profissional, visto que, puder aprender que para ensinar, é preciso estar em constante atividade intelectual. Onde, desse modo, o respectivo trabalho se relacionou com minha vida pessoal e acadêmica, em que minha trajetória de vida é parecida com a de outros sujeitos do campo, sendo eu parte dessa cultura que é objeto e sujeito do meu pensar histórico e pedagógico da ação da prática de ensino.

Portanto, o Programa de educação Tutorial com sua tríade ensino, pesquisa e extensão me ajudou nessa busca, onde tive o contato na extensão com a escola do campo. Uma escola localizada na região do município de Remígio-PB, onde oportunamente ministrei aulas para as crianças filhos e filhas de trabalhadores rurais assentados na Reforma Agrária. Com isso, além do exercício prático de ministrar aulas também pude pesquisar e escrever sobre a comunidade, e especialmente sobre o conceito de educação do campo que é de grande importância para as populações dessas localidades e para os movimentos sociais do campo ao longo da sua história.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Na história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a mais pura expressão de um grande movimento organizado por uma classe trabalhadora desprovida de seu maior bem, a terra. Assim, esse movimento de milhares de homens e mulheres tem como objetivo lutar pela terra para plantar, ou seja, ter seu meio de sobrevivência, que para isso enfrentou e enfrenta enormes dificuldades tendo que lutar por ela para fugir da pobreza tornando-se cidadãos ativos, ao invés de pessoas que viveram às margens da sociedade ao longo da história. Desta forma, o MST, fundado em 1984, teve e tem como objetivo realizar a reforma agrária, praticar a produção de alimentos ecológicos e melhorar as condições de vida no campo.

E atuando em vários estados do país, o MST tem conquistado amplamente espaços de divulgação de suas lutas e conquistas, e a Educação do Campo foi uma de suas conquistas, construída como parte do processo de mobilização na dinâmica organizativa do movimento social popular, onde o conceito tendeu a atuar no movimento como elemento que atende a classe trabalhadora nos seus anseios em

construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e, ecologicamente, sustentável. Deste modo, por mais que “há hoje uma diversidade de sujeitos que se colocam como protagonistas da Educação do Campo, o que nos exige uma análise mais rigorosa dos rumos que estas ações sinalizam” (CALDART, 2009, p. 37), é importante salientar que na história de construção do conceito, outros movimentos sociais não só do campo, participaram na sua construção.

Portanto, é preciso fazer um breve resgate histórico do conceito de Educação do Campo, sendo uma tarefa essencial para entendermos os anseios educacionais nas comunidades camponesas, nos exigindo um olhar em perspectiva metodológica, histórico e político. Sendo o momento de nos perguntarmos que tipo de educação os sujeitos do campo necessitam no contexto onde a educação brasileira atravessa uma série de transformações. No mais, para analisar a importância desse conceito um ponto de reflexão merece ser perguntado, em que contexto e realidade essas populações vivenciaram e vivenciam para a evolução do percurso de educação rural, para uma nova concepção social e mais ampla, dando o nome de Educação do Campo?

Desta forma, pode-se afirmar que a educação do campo foi criada como uma modalidade de educação em uma proposta pedagógica que está de acordo com a história de luta dos trabalhadores do campo, onde “os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os movimentos sociais camponeses em estado de luta, com destaque aos movimentos de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST” (CALDART, 2009, p. 40), assim, evidenciando suas particularidades históricas e culturais, que por muito tempo foram negadas na história do país.

Deste modo, podemos entender que “a formação conceitual da educação do campo é um contraponto a educação rural” (CALDART, 2011, p.20) na qual a mesma tornou-se um conceito político-pedagógico de uma educação que dá margem as diversidades contidas nos espaços do campo, contemplando em cada currículo das escolas as características locais, bem como os sujeitos e saberes ali presentes. Assim, o conceito surgiu a partir da luta por uma educação digna para a classe trabalhadora do campo, compondo outros sujeitos na sua conjuntura como, os povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas e assentados.

Sendo assim, as instituições de ensino que implementam a educação do campo pautam um projeto social concreto na educação, assumindo um compromisso como é

observado no pensamento que se encontra reafirmado na Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, na qual “a identidade da escola do campo é definida pela sua veiculação as questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais”.

Dessa maneira, os trabalhadores do campo, historicamente, vêm lutando pelos seus direitos, tendo suas principais lutas traçadas pela implementação de um projeto popular de desenvolvimento do campo no país, sendo as principais a reforma agrária e o direito a educação para as populações do campo. Nesse sentido, tendo em vista a história de luta pela educação de qualidade pelos movimentos sociais do campo como conceito político-pedagógico, discutir sobre educação do campo nos exige além de um olhar histórico, uma preocupação metodológica sobre como interpretá-la, combinada com uma preocupação política sobre o seu percurso de futuro, em vista a necessidade de implementá-la como ferramenta necessária para o ensino em uma educação emancipatória.

Portanto, tornam-se necessários fazermos uma análise histórica do curso de construção do conceito de Educação do Campo, visto que, enquanto conceito político-pedagógico, parafraseando Arroyo (1999, p. 51), “uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população”.

Assim, pode-se compreender que a escola do campo enquanto sua localização demanda uma educação que esteja profundamente ligada aos trabalhadores camponeses enquanto sujeitos históricos que por muito tempo foram marginalizados. Assim, originariamente, a educação do campo não nasceu como crítica a escola ou a ausência dela, mais sim, como crítica de que a escola deve estar em todos os lugares, onde os camponeses também tenham direito de possuírem escolas em seus locais de habitação.

Logo, construir escolas do campo é fundamental, ajudar a constituir os trabalhadores do campo como sujeitos históricos, e com o conceito de educação do campo aplicado nos sistemas educacionais de ensino, torna esses sujeitos capazes de assumir sua trajetória enquanto indivíduos dotados de direitos, que em vista disso

historicamente pouca atenção foi dada ao contexto do campo e suas escolas, da mesma forma que o currículo e as práticas de ensino têm sido sujeitados ao modelo das escolas urbanas. Sendo assim, é possível entendermos o percurso histórico das dificuldades encontradas na luta por educação de qualidade no campo, dada as afirmações de Miguel Arroyo (2007), onde:

O campo é visto como extensão ou como quintal da cidade assim como a ênfase no paradigma urbano não teve e tem como intenção ignorar e desconstruir as identidades e as culturas, os valores e as resistências dos povos do campo, e a falta de política específica de formação de educadoras e educadores e a desestruturação das escolas rurais fazem parte da desconstrução das escolas do campo. (ARROYO, 2007, p. 159)

Desta maneira, é inegável para nós a importância da defesa das escolas públicas, no campo e do campo. Visto que, a localização da escola torna-se secundária a demanda da Educação do Campo que atenda essas populações, já que a educação para os povos do campo e trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano, em um viés que desloca das necessidades e a realidade do meio em que vivem, de tal forma que mesmo as escolas localizadas nas cidades, tem em seus meios de ensino currículo e trabalhos pedagógicos em seu grosso modo alienante que dissemina uma cultura burguesa e desigual, pois.

Há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política cultural e educativa, e essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar de atraso, do tradicionalismo cultural. (ARROYO, 2007, p. 158)

Assim sendo, a cidade corresponde como referência da modernização e do progresso, em contrapartida do campo que é visto como antigo e rústico, com a ideia de que os camponeses vivem sem nenhuma informação, passando dificuldades e falando “errado”. Logo, destaca-se, em contraposição a relevância histórica em prol da valorização dos sujeitos do meio rural, incluindo indígenas e remanescentes dos quilombos, reconhecendo-se suas importâncias para a vida e a história do país, onde os movimentos políticos vêm mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos, principalmente lutando por educação de qualidade e o acesso às escolas.

Por isso, a formação conceitual da educação do campo tornou-se um contraponto a educação rural, que por meio do percurso de luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, sobretudo o MST, participou da evolução política do significado, dando um

conceito político pedagógico e de movimento, visto que, “quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar por escolas passaram cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de luta pelo seu acesso” (CALDART, 2003, p. 62).

Deste modo, essa luta vem sendo travada durante anos, de tal forma que, analisando historicamente, vemos que os primeiros indícios da educação rural remontam desde o século XIX, mas o intenso debate começou a surgir nos anos 1930, onde os modelos de educação rural passaram a serem questionados. Da mesma forma, esse pensamento pode ser reafirmado no Relatório do decreto nº 32 de 4 de dezembro de 2001, as Diretrizes operacionais para Educação do Campo, no capítulo 1, onde afirma:

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrário, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo, e do outro os resquícios de matrizes culturais vinculados a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo.

Por conseguinte, nos anos que se seguiram, Segundo Rangel e do Carmo (2011, p. 210), no governo Getúlio Vargas a escola rural permanecia com pouca atenção, ressaltando-se apenas a criação no ano de 1937 da Sociedade Brasileira de Educação Rural, em que cuja finalidade era o de incentivar a permanência no campo. Logo, “algumas iniciativas pontuais para educação rural foram tomadas a partir da década de 1940, movidas também pela proposta de fixar o homem no campo” (RANGEL; DO CARMO, 2011, p.210).

Assim, é possível compreendermos que a educação rural foi criada com base nos interesses do capital, sendo fruto do desenvolvimento capitalista do campo, onde a mão-de-obra campesina tornou-se importante para a modernização do campo, ou seja, aos interesses do agronegócio, de tal forma que, com essas transformações a agricultura familiar foi excluída do modelo econômico adotado pelos governos militares, cenário histórico esse que permaneceu até hoje, conforme explicam Arroyo e Fernandes (1999, p. 28). Assim, é possível compreender que a educação rural, fez com que os trabalhadores camponeses perdessem a autonomia rural, firmando um tipo de conhecimento “incomum” a eles, como o manejo de técnicas e insumos agrícolas, além da relação com o mercado, visto que, o camponês teria que vender a sua produção e/ou

a sua força de trabalho para adquirir “novos” produtos para melhorar ou aumentar a produção.

Por essa razão, “a modernização da agricultura capitalista, contraditoriamente aumentou a produtividade e o desemprego. Esse fato aumentou o número de trabalhadores sem-terra que engrossaram os movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária” (ARROYO; FERNADES, 1999, p. 28). Com esse cenário histórico, os movimentos sociais do campo além de lutar pela reforma agrária passaram também a lutar por escolas, de modo que “no começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito a escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela reforma agrária em que se transformou o movimento dos sem-terra” (CALDART, 2003, p. 62). Nesse sentido, historicamente, o percurso a constituição da educação está ligada as reivindicações do movimento social de luta por direito ao excesso a terra e uma educação de qualidade. Nesse sentido Caldart (2003) também comenta que:

As famílias sem-terra mobilizaram-se (e mobilizam-se) pelo direito a escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos). As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento; aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes a frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola, seja nos assentamentos já conquistados, seja ainda nos acampamentos. Assim nasceu o trabalho com educação escolar no MST.

Portanto, segundo Caldart (2009, p.40) a educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, até porque os paradigmas do conceito de educação do campo foram criados sobre uma perspectiva crítica as contradições entre Educação Rural, que se configurou no interior do sistema capitalista latifundiário e que teve por objetivo a construção de uma educação voltada a produzir o modo econômico vigente, explorando a mão-de-obra daqueles que trabalham na zona rural.

Assim, nessa revisão histórica podemos compreender que a renovação do significado que está expresso no conceito de educação do campo, está alicerçada a própria reconstrução de sua historicidade, uma vez que houve o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação digna e de qualidade, principalmente diferenciada da que é oferecida na zona urbana. De modo que, em 1998 ocorreu a primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo em Luziânia, Goiás, evento esse que marcou o nascimento do conceito de educação do

campo, onde a educação escolar ultrapassou a fase do “rural”, da educação escolar “no” campo e passou a ser “do” campo, segundo Arroyo e Fernandes (1999, p. 08). Portanto, a mudança do conceito de educação rural para educação do campo não é meramente estética, pois traz consigo a trajetória histórica de luta dos estereótipos e preconceitos sofridos pelas populações do campo, até as reivindicações por educação de qualidade para a classe trabalhadora.

A EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA NA ESCOLA PAULO FREIRE DO ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA

De acordo com a história da construção do conceito de educação do campo já supracitado, e com a minha história de vida advinda da zona rural do meu município, concluindo a educação primária na escola rural como já exposto anteriormente, minha afinidade ou propriamente admiração tanto por essas escolas como seu modo de ensinar aos filhos dos trabalhadores rurais nas suas particularidades do meio em que vivem, tem relação ao meu passado e o presente na minha formação escolar e profissional. E como tal, nas experiências obtidas durante a extensão no Programa de Educação Tutoria de História- PET História-, contribui na minha vivência enquanto sujeito histórico, como também em um bom profissional em construção para professor, conhecendo a educação do campo como conceito de transformação educacional para populações camponesas.

Desse modo, além de necessário para minha formação, estas experiências foram importantes por serem resultados da interação Universidade-Escola, no objetivo de formar professores pesquisadores na prática de ensino e pesquisa, destacando especialmente o desenvolvimento da prática de ensino alicerçada sobre o conceito de Educação do Campo, em uma escola pública que atende alunos provenientes do assentamento. Uma vez que, os professores (petianos) puderam desenvolver um ensino contextualizado, evidenciando, sobretudo, a cultura camponesa que carrega nas construções de suas identidades a luta de classe histórica que os trabalhadores do campo têm traçado ao longo dos anos com os movimentos sociais.

E ao falar sobre mim, e sobre minha trajetória estudantil e universitária, este relato de experiência traz algumas reflexões não só relativas ao meu processo de desenvolvimento como professor, mais a prática de extensão como um todo, vivenciados por mim e pelos meus colegas petianos. Desta forma, tratar das extensões universitárias torna-se importante pela relação do professor em formação e pela escola

constituir um amplo e fecundo estudo das questões educacionais na prática de ensino, elaborando formas pedagógicas mais eficientes para o desenvolvimento de metodologias de ensino, pois ela é crucial para as escolas, por dar direcionamento necessário para os planos de ensino, orientado pelos os professores em construção no dia a dia em sala de aula, e permitindo a união dos polos constituintes do PET a que se articulam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nessa perspectiva, a formação de professores na extensão torna-se para nós petianos uma ação altamente importante, tanto para universidade quanto para a escola, visto que podemos compreender que ambas as instituições alcançam bons resultados, pois ganham a escola, porque se estabelece um processo investigativo em uma dinâmica com a participação dos petianos, ganha a pesquisa educacional, porque se aproxima da necessidade das escolas e ganham os cursos de licenciatura em seus programas que possuem essa atividade como um de seus projetos, passando a escola a ser objeto de reflexão já nos cursos de formação inicial. Tornando assim a formação continuada de professores como necessária para o pleno exercício da profissão.

E foi pensando assim, que o próprio programa buscou promover um maior contato entre a universidade e a comunidade. Uma vez que, o Programa de Educação Tutorial de História (PET-História) em seu Manual de Operações Básicas, tem em seus objetivos específicos proporcionar aos petianos uma formação de qualidade orientada pela cidadania e pela função social em que a universidade proporciona, norteando a pesquisa, o ensino e a extensão (MOB, 2006, p. 8).

Com isso, logo que chegamos à Escola Paulo Freire, nas primeiras impressões observamos que a escola não é uma instituição comum, em virtude de possuir uma estrutura bastante ampla e organizada, possuindo quatro salas de aula, diretório, cozinha, refeitório, banheiros e almoxarifado. Tendo uma proposta de ensino em tempo integral, onde os alunos permanecem do turno da manhã até a tarde. Nisso, analisando a intuição observamos que apesar da escola ter sua estrutura boa, não possui um lugar de descanso para os estudantes, acabando por desgastá-los e acarretando em evasão escolar, ocasiões que se tornaram muito comum na instituição.

Deste modo, o planejamento do projeto surgiu após intensos debates realizados dentro do próprio programa, sobre a importância política e pedagógica das atividades de extensão nas comunidades marginalizadas, e como se deve ser a formação e o papel do

docente na educação do campo, especialmente destacando a importância de um bom trabalho alinhado ao desenvolvimento de prática de ensino que facilite o ensino-aprendizagem, visto que, podemos compreender que é preciso inovações para uma melhor compreensão do conteúdo ministrado em sala de aula, onde eu e meus colegas junto ao tutor buscamos a mudança de aulas tradicionais para uma mais dinâmica dentro dos parâmetros da educação do campo. Logo, buscamos trazer respostas a essas questões realizando extensas pesquisas entre nós petianos adotando como reflexões principais os aspectos referentes às Diretrizes e Bases Operacionais para Educação do Campo.

Desta forma, no ano de 2017 na escola situada no Assentamento Oziel Pereira iniciamos o curso de extensão intitulado: História e movimentos sociais do campo, onde buscamos desenvolver um projeto que empreendesse nos materiais didáticos produzidos a história desses sujeitos enquanto produtores de cultura e saberes. Assim, elaboramos um caderno didático pautado na história e movimentos sociais do campo, de tal forma que, as aulas foram desenvolvidas levando em consideração a situação na qual estávamos passando, ou seja, desde o início do planejamento tínhamos a preocupação em levar um ensino contextualizado, levando-se em consideração a estrutura física da escola que passou por uma transição para o ensino integral, como também o projeto político e pedagógico da instituição que não contemplava a educação do campo.

Nisso, realizamos em sala de aula junto aos alunos, debates tendo como base o módulo didático onde discutimos sobre a importância de se conhecer a história da luta pela terra, onde desenvolvemos uma maneira mais autônoma dos alunos aprenderem, fazendo relação sobre o assunto trabalhado historicamente com a situação do nosso contexto atual, de modo que no decorrer das aulas promovemos discussões a partir da história local do assentamento, buscando construir com os alunos os preceitos da educação do campo em um ensino contextualizado, sempre tentando dialogar com a história dos movimentos sociais campo e a questão agrária no Brasil desde o período colonial.

Figura 2 - Capa do módulo didático História e Movimentos Sociais do Campo



Fonte: Facebook PET História

Assim, com o uso do material didático aplicamos em turmas de 6° e 7°, ano do ensino fundamental, contando com a participação dos petianos que produziram o módulo, José Adriano de O. Barbosa, Lucas Tadeu Borges Viana e Roberta dos Santos Araújo, tendo como organizador o professor tutor, José Luciano de Queiros Aires. Além disso, com o ensino integral a escola inseriu mais duas turmas, atendendo o ensino fundamental II do 6° ao 9° ano. Nisso, o PET-História UFCG deu continuidade ao projeto de extensão de educação do campo no ano de 2019, contando com a petiana Mikaelly Kettlyn e os petianos Rodrigo Pires, Marcos Naadison, e Arthur Reginaldo, que desenvolveram planos de aula relacionados a temas de história do Brasil, buscando propor temas relevantes a história dos trabalhadores do campo, com a luta pela reforma agrária e pela agroecologia.

Figura 3 - Extensão na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidadã Integral Paulo Freire entre 2017 a 2019





Fonte: Facebook PET História

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em retrospecto às ações que se desenvolveram desde o ano de 2017 e 2019 na Escola Municipal Cidadã Integral Paulo Freire, acreditamos estar no caminho correto no que tange aos princípios de uma Educação do Campo e aos princípios básicos do Programa de Educação Tutorial, consolidada no tripé da pesquisa, ensino e extensão.

Nesse sentido, o que primeiro se evidenciou durante os cursos de extensão foi a compreensão de que a atividade se constituiu como uma ferramenta de transformação tanto para o petiano quanto para os alunos, tendo por base os diálogos e as problematizações da realidade que os cercam. Desse modo, os educandos tiveram contato com uma realidade que muitas vezes esteve espacialmente e culturalmente distante, de modo que, exploramos temáticas que fazem parte, ainda que de modos diferentes do universo dos envolvidos, estabeleceu-se assim, uma relação dialógica entre o educador-educando (petiano) e o educando-educador (aluno), em um desenvolvimento constante de postura crítica, que “reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação” (FREIRE, 1977, p. 55).

Por isso, a cada ano foi explorado diferentes metodologias de ensino pelos petianos e petianas que se envolveram no projeto, assim como métodos avaliativos que se adequassem aos objetivos pretendidos de um ensino contextualizado. Sendo observado por nos educadores em formação, que essas mudanças se davam a partir de adaptações feitas durante a realização das atividades na escola, assim como das reuniões de planejamento posteriores às atividades de extensão, em que avaliávamos os resultados observados pelos petianos e pelo tutor. Sendo tais, adaptações sempre guiadas pela compreensão de se proporcionar a melhor forma de se desenvolver um ensino que tivesse um espaço aberto ao diálogo e à crítica a partir dos temas propostos.

Dessa forma, em uma análise crítica ao modelo de educação integral que o projeto de Escola Cidadã traz, constatamos que a escola deve ser aquela que se enquadre aos princípios da educação do campo, e a instituição implantou um modelo de escola em que se desenvolveu um projeto urbano, e que não atende as populações do Assentamento Rural Oziel Pereira. Também avaliamos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) não se adequa às proposições do conceito de Educação do Campo porque tal modelo foi implantado sem o diálogo com a comunidade campesina, não se adequando às necessidades de flexibilização que a vida no campo exige, entrando em contradição ao que as Diretrizes da educação do Campo estabelecem, sendo fator de evasão para muitos alunos da comunidade.

Por conseguinte, pela pandemia de Covid- 19 que assolou o mundo no ano de 2020, não se pôde haver a continuidade dos trabalhos na escola, como previsto no Planejamento de 2019. Contudo, ainda que nos impedindo de realizar as aulas presenciais, houve uma profunda conexão que se estabeleceu com a comunidade, que nos proporcionou um espaço profícuo para a elaboração de um livro intitulado “Assentamento Oziel Pereira (Remígio-PB)”, que versa sobre a história do assentamento, a defesa de uma educação do e no campo, e a atuação do PET História-UFCG na comunidade, contando com a colaboração conjunta de membros do PET História, membros da comunidade campesina e do MST.

Assim, custeado exclusivamente com os recursos da verba de custeio destinados pelo FNDE no ano de 2021, a previsão é que seja lançado ainda no segundo semestre do mesmo ano, com as tiragens de forma física distribuída para o Assentamento Oziel Pereira, onde objetivamos poder utilizá-la para atuar com uma parcela maior da comunidade, indo além dos estudantes da Escola Paulo Freire. Havendo também a disponibilidade para o público em formato digital nas páginas oficiais do Programa.

Figura 4 - Capa do livro Assentamento Oziel Pereira (Remígio-PB)



Fonte: Arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa reflexão descrita sobre minha trajetória enquanto graduando de história e integrante do Programa PET História, atuando como professor, concluo esse relato de experiência destacando a relevância política e pedagógica da atividade de extensão para a minha formação pessoal e docente, por ela vir a ser reflexão do fazer pedagógico para a construção de uma identidade profissional, como também um campo do conhecimento pelo qual a próxima a extensão da futura profissão que vou exercer. Além disso, pela importância de compreender a educação como um conceito que tem um projeto de educação para os trabalhadores do campo, principalmente por contemplar nos currículos das escolas a cultura e os saberes das comunidades assentadas ali presentes.

Nesse sentido, a realização dessa pesquisa se deu com intuito de compreender como as escolas mesmo situadas nas localidades do campo por vezes têm em seus meios de ensino currículos e trabalhos pedagógicos semelhantes ao urbano. Nesse sentido, a atividade de extensão me fez compreender que a escola no campo, mesmo tendo um ensino na modalidade integral, necessita de posturas específicas, especialmente um planejamento político pedagógico que vá de encontro aos sujeitos do campo. De forma que, na Escola Municipal de Ensino Fundamental cidadã Integral Paulo freire, exploramos diferentes metodologias de

ensino alicerçado sobre os princípios do conceito de educação do campo, na qual pretendemos dar continuidade a atividade conforme a orientação do planejamento.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006.

MEC. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. – Brasília/DF: SECAD, 2002. 42 p.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem fronteiras, São Paulo, v.3, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1977.

Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. V.2. Brasília, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do Campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/jun. 2003.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

ARROYO, Miguel. **Política de formação de educadores(as) do campo**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Braziliense, 1987, p. 222-234.

GABRIEL, Marcos Naadison et. al. PET História e extensão na escola do campo. In: QUEIROZ, José Luciano (org.). **Dez anos de história**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, p.195-210.

RANGEL, Mary e CARMO, Rosangela Branca. **Da educação rural à educação do campo: revisão crítica**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011

CADERNOS DIDATICOS PET-HISTÓRIA UFCG. Modulo didático: **História e movimentos sociais do campo**. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/pet/index.php?option=com_content&view=article&id=442:2018-11-26-22-36-40&catid=1:noticias&Itemid=1 . Acesso em: 18 agosto. 2021.

MANUAL de Orientações Básicas (MOB) – Programa de Educação Tutorial – PET, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192. Acesso em: 26 agosto. 2020.